

volume

28/2

julho/2023

ICH - UFPel

História em revista

revista do núcleo de documentação histórica

Educação e História:

Pensar a educação a partir de uma perspectiva histórica



Hist. Rev. Pelotas Número 28/2 p.1-261 jul. 2023

ISSN 2596-2876





**Obra publicada pela
Universidade Federal
de Pelotas**

Reitora

Isabela Fernandes Andrade

Vice-Reitora

Ursula Rosa da Silva

Chefe do Gabinete da Reitoria

Aline Ribeiro Paliga

Pró-Reitora de Ensino

Maria de Fátima Cossio

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação e Inovação

Flávio Fernando Demarco

Pró-Reitora de Extensão e Cultura

Eraldo dos Santos Pinheiro

Pró-Reitor de Assuntos Estudantis

Rosane Maria dos Santos Brandão

Pró-Reitor Administrativo

Ricardo Hartlebem Peter

Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento

Paulo Roberto Ferreira Júnior

Pró-Reitor de Gestão de Pessoas

Taís Ulrich Fonseca

Editora e Gráfica Universitária - Conselho Editorial

Presidente do Conselho Editorial: Ana da Rosa Bandeira

Representantes das Ciências Agrárias: Victor Fernando Büttow Roll (TITULAR) e Sandra Mara da Encarnação Fiala Rechsteiner

Representantes da Área das Ciências Exatas e da Terra: Eder João Lenardão (TITULAR)

Representantes da Área das Ciências Biológicas: Rosangela Ferreira Rodrigues (TITULAR) e Francieli Moro Stefanello

Representantes da Área das Engenharias: Reginaldo da Nóbrega Tavares (TITULAR)

Representantes da Área das Ciências da Saúde: Fernanda Capella Rugno (TITULAR) e Anelise Levay Murari

Representantes da Área das Ciências Sociais Aplicadas: Daniel Lena Marchiori Neto (TITULAR), Eduardo Grala da Cunha e Maria da Graças Pinto de Britto

Representante da Área das Ciências Humanas: Charles Pereira Pennaforte (TITULAR), Lucia Maria Vaz Peres e Pedro Gilberto da Silva Leite Junior

Representantes da Área das Linguagens e Artes: Lúcia Bergamaschi Costa Weymar (TITULAR), Chris de Azevedo Ramil e João Fernando Igansi Nunes

Instituto de Ciências Humanas

Diretor: Prof. Dr. Sebastião Peres

Vice-Diretora: Profa. Dra. Andréa Lacerda Bachettini

Núcleo de Documentação História da UFPel – Profa. Beatriz Loner

Coordenadora:

Prof^a Dra. Lorena Almeida Gill

Membros do NDH:

Prof^a Dra. Lorena Almeida Gill

Prof. Dr. Aristeu Elisandro Machado Lopes

Prof. Dr. Jonas Moreira Vargas

Prof. Dra. Márcia Janet Espig

Técnico Administrativo:

Paulo Luiz Crizel Koschier

História em Revista – Publicação do Núcleo de Documentação
Histórica – Prof^{fa}. Beatriz Loner

Comissão Editorial:

Prof^a Dra. Lorena Almeida Gill
Prof. Dr. Aristeu Elisandro Machado Lopes
Profa. Dra. Eliane Cristina Deckmann Fleck
Profa. Dra. Márcia Janete Espig
Prof. Dr. Jornas Vargas
Paulo Luiz Crizel Koschier

Conselho Editorial:

Profa. Dra. Alexandrine de La Taille-Trétinville U.,
Universidade de los Andes, Santiago, Chile
Profa. Dra. Ana Carolina Carvalho Viotti (UNESP - Marília)
Profa. Dra. Beatriz Teixeira Weber (UFSM)
Prof. Dr. Benito Bisso Schmidt (UFRGS)
Prof. Dr. Carlos Augusto de Castro Bastos (UFPA)
Prof. Dr. Claudio Henrique de Moraes Batalha (UNICAMP)
Prof. Dr. Deivy Ferreira Carneiro (UFU)
Profa. Dra. Gisele Porto Sanglard (FIOCRUZ)
Prof. Dr. Jean Luiz Neves Abreu (Universidade Federal de
Uberlândia)
Profa. Dra. Joan Bak (Univ. Richmond – USA)
Profa. Dra. Joana Maria Pedro (UFSC)
Profa. Dra. Joana Balsa de Pinho, Universidade de Lisboa
Profa. Dra. Karina Ines Ramacciotti,
(UBA/CONICET/Universidad de Quilmes)
Profa. Ms. Larissa Patron Chaves (UFPEl)
Profa. Dra. Maria Antónia Lopes (Universidade de Coimbra)
Prof^a. Dra. Maria Cecília V. e Cruz (UFBA)
Profa. Dra. Maria de Deus Beites Manso (Universidade de
Évora)
Profa. Dra. Maria Marta Lobo de Araújo (Universidade do
Minho)
Profa. Dra. María Silvia Di Liscia (Universidad Nacional de
La Pampa – AR)
Profa. Dra. Maria Soledad Zárate (Universidad Alberto
Hurtado – Chile)
Prof. Dr. Marcelo Badaró Mattos (UFF)
Prof. PhD Pablo Alejandro Pozzi (Universidad de Buenos
Aires).
Prof. Dr. Robson Laverdi (UEPG)
Prof^a. Dra. Tânia Salgado Pimenta (FIOCRUZ)
Prof^a. Dra. Tatiana Silva de Lima (UFPE)
Prof. Dr. Temístocles A. C. Cezar (UFRGS)
Prof. Dr. Tiago Luis Gil (UNB)
Prof. Tommaso Detti (Università Degli Studi di Siena)
Profa. Dra. Yonissa Marmitt Wadi (UNIOESTE)

Editora: Lorena Almeida Gill

Editores do Volume: Magda de Abreu Vicente
(FURG) | Caroline Braga Michel (FURG)

Editoração e Capa: Paulo Luiz Crizel Koschier

Imagem da capa: Aspecto de sala de aula do Colégio Agrícola
Visconde da Graça (1924) – acervo Profa. Dra. Magda de
Abreu Vicente

Pareceristas ad hoc:

Ariane dos Reis Duarte | André Luiz de Oliveira Fagundes |
Chéli Nunes Meira | Chris de Azevedo Ramil | Dione
Lihtnov | Estela Denise Schütz Brito | Estela Maris
Reinhardt Piedras | Fernando Cezar Ripe da Cruz | Filipi
Vieira Amorim | Itamaragiba Chaves Xavier | Jaqueline de
Gaspari Piotrowski | Jeane dos Santos Caldeira | Joseane
Cruz Monks | Lisiane Sias Manke | Lislaine Sirsi Cansi
| Lucas Grimaldi | Maria Augusta Martiarena | Paula Corrêa
Henning | Raquel Azambuja Santos | Rita de Cássia Grecco
dos Santos | Sabatha Catoia Dias | Wellington Freire
Machado | Valesca Brasil Costa

Editora e Gráfica Universitária

R Lobo da Costa, 447 – Pelotas, RS – CEP 96010-150 |
Fone/fax: (53)3227 8411
e-mail: editora@ufpel.edu.br

Edição: 2023/1

ISSN – 2596-2876

Indexada pelas bases de dados: Worldcat Online Computer
Library Center | Latindex | Livre: Revistas de Livre Acesso
| International Standard Serial Number | Worldcat |
Wizdom.ai | Zeitschriften Datenbank

UFPEL/NDH/Instituto de Ciências Humanas

Rua Cel. Alberto Rosa, 154 - Pelotas/RS - CEP: 96010-770
Fone: (53) 3284 3208 - <http://wp.ufpel.edu.br/ndh/>
e-mail: ndh.ufpel@gmail.com



Dados de Catalogação na Publicação (CIP) Internacional
Simone Godinho Maisonave – CRB 10/1733
Biblioteca de Ciências Sociais – UFPel

H673 História em Revista [recurso eletrônico] : (Dossiê: Educação e História: Pensar a educação a partir de uma perspectiva histórica) / Núcleo de Documentação Histórica da UFPel – Profa. Beatriz Loner, v.28, n.2, jul. 2023. – Pelotas: UFPel/NDH, 2023 – 261 p. ; 12,2MB

Semestral

e-ISSN: 2596-2876

Sistema requerido: Adobe Acrobat Reader

Disponível em:

<https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/HistRev/index>

1. História – Periódico 2. Educação 3. Memória

CDD: 907

Os textos contidos neste volume são de responsabilidade exclusiva de seus respectivos autores. Salvo informação explícita em contrário, o(a)(s) autor(a) (es) respondem pelas informações textuais e imagéticas contidas no presente volume. O padrão ortográfico e o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas de cada autor. Da mesma forma, o conteúdo de cada artigo é de inteira e exclusiva responsabilidade dos mesmos.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO PRESENTATION <i>Magda de Abreu Vicente Caroline Braga Michel</i>	08
DOCÊNCIA FEMININA NO SÉCULO XIX: ENTRE CRÍTICAS, DENÚNCIAS, POLÊMICAS E REPRESÁLIAS FEMALE TEACHING IN THE 19TH CENTURY: CRITICISM, COMPLAINTS, POLEMICS AND REPRISALS <i>Eliane Peres</i>	15
A PRESENÇA DAS MULHERES NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL AGRÍCOLA NA CIDADE DE PELOTAS: UM RELATO DE PESQUISA THE WOMEN PRESENCE IN AGRICULTURAL PROFESSIONAL EDUCATION AT PELOTAS CITY: A SEARCH REPORT <i>Fabiola Mattos Pereira Angelita Soares Ribeiro</i>	38
O IR E VIR DA LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL BRASILEIRA NO CURSO DA HISTÓRIA DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA THE COMING AND GOING OF BRAZILIAN EDUCATIONAL LEGISLATION IN THE COURSE OF THE HISTORY OF TEACHER TRAINING OF PROFESSIONAL AND TECHNOLOGICAL EDUCATION <i>Elisane Ortiz de Tunes Cristhianny Bento Barreiro</i>	56
BAÚ DE GUARDADOS: O ACERVO DOCUMENTAL DA PROFESSORA DE ARTE MARIA FRANCISCA MOREIRA (1960-2002) KEPT IN A TRUNK: THE DOCUMENTAL COLLECTION OF ART TEACHER MARIA FRANCISCA MOREIRA (1960-2002) COFRE DE GUARDIÃ: LA COLECCIÓN DOCUMENTAL DE LA MAESTRA DE ARTE MARIA FRANCISCA MOREIRA (1960-2002) <i>Jailson Valentim dos Santos</i>	80
IMPLEMENTAÇÃO DO ESTÁGIO NAS ESCOLAS REAIS: CONTRIBUIÇÃO PARA A HISTÓRIA DE UM DESAFIO ESTRUTURAL DAS POLÍTICAS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES INTERNSHIP IMPLEMENTATION IN REAL SCHOOLS: A CONTRIBUTION TO THE HISTORY OF A STRUCTURAL CHALLENGE OF TEACHER TRAINING POLICIES <i>Valdeniza Maria Lopes da Barra</i>	96

- ASSISTÊNCIA À INFÂNCIA NA PROVÍNCIA DO MARANHÃO: A IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA (1850-1880)**
 CHILDCARE IN MARANHÃO PROVINCE: THE BROTHERHOOD OF SANTA CASA DE MISERICÓRDIA (1850-1880)
Rosyane de Moraes Martins Dutra 115
- LAS CONSTRUCCIONES DE GÉNERO Y EMOCIONALIDAD EN LAS INFANCIAS A TRAVÉS DE LOS TEXTOS DE LECTURA ESCOLAR. URUGUAY 1900-1930**
 THE CONSTRUCTIONS OF GENDER AND EMOTIONALITY IN CHILDHOOD THROUGH SCHOOL READING TEXTS. URUGUAY 1900-1930
Silvana Espiga | Paola Dogliotti 128
- A DIMENSÃO CLASSIFICATÓRIA EM GRUPOS ESCOLARES CAMPO-GRANDENSES (1958-1969)**
 THE CLASSIFICATORY DIMENSION IN SCHOOL GROUPS FROM CAMPO GRANDE (1958-1969)
Helen Caroline Valdez Monteiro 153
- CADA AGORA CONTÉM MUITOS ANTES E DEPOIS, CADA AQUI CONTÉM MUITOS ALIS: NARRATIVAS AUTOBIOGRÁFICAS DE PROFESSORAS EM PERSPECTIVA HISTÓRICA**
 EACH NOW CONTAINS MANY BEFORES AND AFTERS, EACH HERE CONTAINS MANY THERES: TEACHER'S AUTOBIOGRAPHICAL NARRATIVES IN HISTORICAL PERSPECTIVE
Miriã Lúcia Luiz | Bruna Mozini Subtil | Brunna Terra Marcelino | Mariana Dall Orto dos Santos 175
- O SILÊNCIO DOS MANUAIS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO SOBRE A QUESTÃO RACIAL**
 THE SILENCE OF EDUCATIONAL HISTORY MANUALS ON THE RACIAL ISSUE
Joatan Nunes Machado Junior | Juliana Césarío Hamdan 200
- MEMÓRIAS DISCENTES SOBRE A CULTURA MATERIAL ESCOLAR E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES: ELOS DE UM PERCURSO FORMATIVO**
 STUDENT MEMORIES ABOUT SCHOOL SUPPLIES CULTURE AND TEACHER TRAINING: LINKS IN A TRAINING PATH
 RECUERDOS ESTUDIANTILES SOBRE LA CULTURA MATERIAL ESCOLAR Y FORMACIÓN DOCENTE: ENLACES DE UN TRAYECTO DE FORMACIÓN
Caroline Braga Michel | Alessandra Amaral | Magda de Abreu Vicente 214

**A PROBLEMATIZAÇÃO DO USO DE COMENTÁRIOS E DESCRIÇÕES EM POSTS DA
INTERNET NA PESQUISA EM HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO**

THE PROBLEMATIZATION OF THE USE OF COMMENTS AND DESCRIPTIONS ON
INTERNET POSTS IN RESEARCH IN THE HISTORY OF EDUCATION

Maria Augusta Martiarena | Bruna Luiz dos Santos

230

**ARQUITETURA ESCOLAR: O PROJETO PADRÃO DE ARQUITETURA ECLÉTICA
PARA 500 ALUNOS NO RIO GRANDE DO SUL**

SCHOOL ARCHITECTURE: THE STANDARD DESIGN OF ECLECTIC ARCHITECTURE
FOR 500 STUDENTS IN RIO GRANDE DO SUL

Lisiê Kremer Cabral | José Henrique Carlucio Cordeiro

245

DOCÊNCIA FEMININA NO SÉCULO XIX: ENTRE CRÍTICAS, DENÚNCIAS, POLÊMICAS E REPRESÁLIAS

FEMALE TEACHING IN THE 19TH CENTURY: CRITICISM, COMPLAINTS, POLEMICS AND REPRISALS

*Eliane Peres*¹

Resumo: Neste trabalho, são abordados aspectos da docência feminina no século XIX, apresentando críticas, polêmicas, denúncias e represálias a que estavam sujeitas mulheres professoras e que foram veiculadas em jornais de diferentes províncias. Os dados foram coletados na Hemeroteca Virtual da Biblioteca Nacional e permitiram abordar temáticas como a moralidade de conduta exigida às mulheres professoras, privilégios e represálias políticas e aspectos do cotidiano das aulas, como, por exemplo, um suposto caso de roubo na saída da escola e a questão dos castigos físicos.

Palavras-chaves: profissão docente, mulheres, professoras, século XIX, cotidiano escolar.

Abstract: This paper discusses aspects of female teaching in the 19th century, presenting criticism, polemics, complaints and reprisals to which female teachers were subjected. These occurrences were published in newspapers from different provinces. The data were collected from the digital periodicals archive of the Brazilian National Library, allowing examination of topics such as the morality of conduct demanded from female teachers, privileges and political reprisals. Aspects of school daily life were also approached, such as an alleged case of theft at the school exit and the issue of corporal punishment.

Keywords: teaching profession, women, female teachers, 19th century, school daily life.

Considerações iniciais

Quando se trata de estudos e pesquisas sobre a profissão docente, abundam trabalhos no cenário nacional e internacional (CATANI, 2000; XAVIER, 2014). Temas como a identidade docente, a profissionalização, a proletarização, o associativismo docente, a formação, a cultura e os saberes docentes, as histórias de vida de professores, o adoecimento docente, entre outros, são abordados nesse âmbito (XAVIER, 2014).

Quando os estudos se referem especificamente ao campo da história da profissão docente, Catani, em 2000, procurou mapear a produção na área e, a par da dispersão dos estudos, mostrou como estava em crescimento tal perspectiva de pesquisa, ressaltando aquelas “que se ocupam do que se chama a feminização do magistério, os que se voltam para a constituição da ‘imagem feminina’ da profissão, além daqueles que analisam as relações de gênero articulados ao exercício da docência” (CATANI, 2000, p. 588). Ademais, segundo a autora, os trabalhos no campo precisavam, ainda, contemplar aspectos como os “da atuação, da formação, da produção de saberes, da organização dos profissionais e de sua relação com o Estado” (CATANI, 2000, p. 588). Chamava a atenção, também, para a necessidade de abordar questões como o exercício do trabalho docente, a figura do professor – acrescenta-se, da professora –, os modos de atuação e as condições concretas do exercício

¹ Professora Titular aposentada da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Pelotas (FaE/UFPel). Licenciada em Pedagogia (UEL). Mestre em Educação pela UFRGS. Doutora em Educação pela UFMG. Pós-Doutorado em Educação na University of Illinois (Urbana – Champaign/EUA). E-mail: eteperes@gmail.com

dessa atividade (CATANI, 2000)².

Este artigo está na intersecção de vários dos aspectos indicados pela supracitada autora. Nele, procurou-se problematizar o cotidiano da docência feminina³ a partir de notícias, avisos, requerimentos e denúncias veiculados em jornais de diferentes províncias, disponíveis na Hemeroteca Virtual da Biblioteca Nacional⁴. Muito embora os dados sobre professoras disponíveis em maior escala nos jornais disponíveis são aqueles de ordem oficial-administrativa (nomeações, remoções, licenças, demissões, solicitação e concessão de pagamento de vencimentos atrasados, exames para provimento de aulas, exames escolares finais etc.), fez-se um esforço de pesquisa para localizar dados de outra natureza, que permitissem analisar mais proximamente o cotidiano da vida e da atuação das professoras. O esforço resultou na possibilidade de abordar temáticas mais específicas e singulares, como, por exemplo, a exposição pública acerca da moralidade exigida das mulheres professoras, os privilégios e represálias políticas e os aspectos do cotidiano das aulas, menos comuns nos trabalhos sobre a história da profissão docente.

O presente artigo apresenta parte desses dados, divididos em três seções: I. Condutas e polêmicas das/nas vida das professoras, apresentando casos específicos de professoras em duas subseções; II. Privilégios e represálias políticas, também discutido em duas subseções; III. Polêmicas do/no cotidiano, dividido igualmente em duas subseções.

I. Condutas e polêmicas das/nas vidas das professoras

1. *Será permitido emfim que uma prostituta lecion moral ao bello sexo*⁵: o caso da professora de Arrozal (RJ) e outros

O que teria feito a professora de Arrozal, no Rio de Janeiro, em 1855, para receber, por parte de um cidadão da localidade, que se autodenominou de *O amigo da onestidade*, tratamento rude e desrespeitoso em matéria do jornal *Republico*? Por que ela foi considerada imoral e inadequada para o exercício do magistério? Por que ela foi caracterizada como uma vergonha para suas filhas, que *envergonhadas prostrão-se de joelhos aos pes das decipulas para que*

² Para saber mais sobre a história da profissão docente ver estudos como, por exemplo, os de Apple (1987); Catani (2000); Mendonça; Cardoso (2007); Nóvoa (1987; 1991; 1995); Vicentini; Lugli (2009); Xavier (2014); Mariano (2016).

³ Este artigo não tem como objetivo discutir a feminização do magistério, entretanto optou-se por apresentar, pela sua relevância e singularidade, os dados de pesquisa apenas das professoras mulheres. Para saber mais sobre a feminização docente, ver, por exemplo, os clássicos estudos de Louro (1987, 1989); Lopes (1991); Demartini e Antunes (1993); Vidal (1998); Vidal e Carvalho (2001).

⁴ As palavras de busca, para todos os períodos do século XIX, foram: “instrução pública” e “professora”. Como as ocorrências foram em grande número – milhares –, optou-se por construir os dados a partir de jornais de circulação aparentemente mais restrita do que aqueles “grandes jornais” disponíveis na Hemeroteca Digital da BN, que, via de regra, circulavam em São Paulo, Rio de Janeiro, Pernambuco e Maranhão.

⁵ O Republico. N. 195, Rio de Janeiro, 1º de dezembro de 1855, p. 4.

*guardem segredo dos horrendos delitos de sua mãe?*⁶ Por que ela foi, ironicamente, chamada de *nobre e respeitável matrona*? Por que o governo foi acusado, pelo *amigo da onestidade*, de descuidar da moralidade das professoras, considerando os *execrândos delitos, as desordenadas paixões* da professora de Arrozal, que foi chamada de *discarada mulher*? Há três anos exercendo o magistério na aula local, por que sua atuação foi considerada um flagelo para as famílias?

Todas essas perguntas são provocadas pela matéria do citado jornal, do dia 19 de novembro de 1855, mas para elas não há respostas mais conclusivas. O certo é que o redator não poupou críticas à mulher que, como ele se referiu, *se disia professora de meninas*, muito embora poupe o marido, também professor. E, apesar de ele escrever que teria muitos fatos a comunicar, não sendo possível fazê-lo, uma vez que a matéria já ia longa, *O amigo da onestidade* fez alguns questionamentos que deixam entrever algumas das possíveis razões das acusações que fazia à professora:

Diga-me, meu amigo, será permitido no mesmo edifício lecionar-se e ter-se pensionistas de ambos os sexos?

Será permitido que uma professora e seu marido (que também é professor) fasa de seus decipulos criados encarregando-os da compra de leite, pão e outros misteres?

Será permitido inflingir-se castigos físicos regisos aos decipulos?⁷

Há, ainda, a pergunta derradeira feita pelo redator da matéria: *Será permitido, emfim, que uma prostituta lecion moral ao bello sexo?*⁸

Estaria a professora, e o marido professor que não é alvo de crítica alguma ao longo da matéria, praticando a coeducação? Usando de fato os alunos como *criados*? Aplicando demasiados castigos físicos? Que outros fatos teria o redator a relatar? Mas mais do que isso: o que teria levado ele fazer a pergunta acerca da permissão de uma “prostituta” lecionar ao “bello sexo”?⁹

Talvez a professora apenas inovasse pedagogicamente, talvez descumprisse regras, quiçá desafiasse comportamentos estabelecidos para as mulheres. Entretanto, insinuar publicamente a condição de prostituta da professora parece exagerado e desrespeitoso.

Aliás, a conduta, os comportamentos e a vida privada das professoras estavam sempre em questão, fossem elas casadas, fossem elas solteiras. O estado civil das professoras era sempre motivo de discussões, opiniões e polêmicas. Se solteiras, em alguns casos, havia

⁶ O Republico. N. 195, Rio de Janeiro, 1º de dezembro de 1855, p. 4.

⁷ O Republico. N. 195, Rio de Janeiro, 1º de dezembro de 1855, p. 4.

⁸ O Republico. N. 195, Rio de Janeiro, 1º de dezembro de 1855, p. 4.

⁹ Trata-se de uma matéria, como toda produção textual, que muitas estratégias discursivas são usadas para convencer o leitor. Por estratégia discursiva entende-se “um conjunto de artifícios linguísticos que, explorados, arranjados, ordenados, por meio do jogo com as palavras, buscam persuadir o leitor, convencê-lo a ser colaborativo na construção do sentido para o texto que lê, seguindo, no trabalho interpretativo, os caminhos traçados, na produção textual, para a sua compreensão” (GALVÃO; MELO, 2019, p. 234/235).

até a condição de que se casassem; se casadas, recebiam críticas e enfrentavam problemas de outras ordens, como se verá adiante.

Em relação à primeira, ou seja, no caso de mulheres solteiras, podia ser imposto a condição de se casarem para serem nomeadas professoras? O requerimento aprovado pela instrução pública do Ceará, em 1859, revela que sim. A exigência da nomeação da professora pública Joana Henriqueta previa que ela deveria contrair matrimônio no prazo de um ano após a nomeação e, por não o fazer, foi solicitada sua exoneração. A notícia da aprovação do requerimento foi nos seguintes termos:

[...] Foi aprovado um requerimento de informações do governo acerca da desoneração dada a professora de primeiras letras do Jardim, D. Joana Henriqueta que um dos antecessores do João Cabaça poz fora do magistério, porque tendo-lhe imposto na nomeação a condição de casar se dentro de um anno aquela professora se havia conservado celibatária.¹⁰

Como se lê, mantendo-se celibatária, a professora de primeiras letras, D. Joana Henriqueta, foi exonerada. Mas as exigências e problemas não se resumiam às professoras solteiras. Na condição de casadas, as professoras eram alvo de questionamentos, tal como foi o caso da professora de Currallinho, em Goiás, em 1872, cuja condição para exercer o magistério foi colocada em dúvida nos seguintes termos em matéria jornalística: *Poderá servir de professora uma Sra. carregada de filhos, sem pessoa que lhe possa servir afim de ter tempo para se ocupar do ensino?*¹¹ Tratava-se de matéria dirigida ao presidente da província para que tomasse alguma atitude relacionada a isso, uma vez que essa era a realidade da professora, que, em razão de sua condição de mãe de muitos filhos, dizia-se que contava com um número reduzido de alunas. Mais do que isso, estas apresentavam pouco adiantamento, o que estava acarretando a retirada, por parte dos pais, de suas filhas da aula pública. Diante disso, o redator sugeria o fechamento da escola de primeiras letras do sexo feminino de Currallinho. A maternidade da professora, nesse caso, foi uma das razões apontadas para o desempenho das alunas considerado aquém do esperado.

Na legislação de algumas províncias, havia exigências para a prestação de concurso de que as mulheres tivessem anuência de um homem - pai ou marido - para candidatarem-se aos exames para o exercício da docência. Exemplar, nesse sentido, é o caso do Espírito Santo, em 1882. Mais precisamente em 5 de maio de 1882, a Secretaria da Instrução Pública da província, por ordem do Inspetor Geral da Instrução Pública, Antonio Ignacio Rodrigues, publicou no jornal *O Horizonte*, de Vitória (ES), o regulamento para a prestação de exames definitivos aos candidatos ao magistério público primário. Além das exigências de ser cidadão brasileiro, com mais de 18 anos, professar a religião do estado, apresentar provas de moralidade (folha corrida e atestado do pároco ou autoridade local), as

¹⁰ O Sol. Jornal litterario, político e critico. Anno II, N. 152. Ceará, quinta feira, 1º de setembro de 1859, p. 2.

¹¹ Alto Araguaia. Anno VIII, N. 281, Goyaz, sexta feira, 17 de maio de 1872, p. 4.

exigências para as mulheres previam, no Artigo 49, que:

As mulheres que se propuserem ao professorado deverão exhibir, se forem solteiras, authorisação paterna – salvo em sua maior idade; se casadas, certidão de casamento e authorisação dos maridos; se viverem separadas [*ilegível*] sido ella a causa da separação; se viúvas, certidão de óbito dos maridos¹².

Se havia exigências de que os maridos assinassem documentos para que as mulheres casadas pudessem prestar exames para o exercício da profissão ou até para assumir o cargo e para morar em determinadas localidades, eles podiam também causar grandes problemas às professoras. No jornal *Cidade do Rio*, de 1887, lê-se a nota que segue: *Em Santa Isabel, S. Paulo, o marido da professora publica expulsou as alumnas desta e jogou os livros na rua, bem assim tocou pela porta fóra a dita professora, sua mulher*¹³. Como as aulas funcionavam geralmente em casas alugadas que serviam de escola e de casa da professora, a vida privada e pública se misturavam. Por vezes, os problemas eram ainda maiores.

O jornal *Diário de Notícias*, de 1882, noticiou que o marido da professora da aula pública de Itaituba, no Pará, *quix dirigir seus affectos á aluna matriculada de nome Joana de 13 annos de idade*. Sem maiores detalhes, a notícia dá conta de que a menina foi entregue a um preceptor a pedido do próprio marido da professora, Nuno J. F. de Mendonça¹⁴.

Entretanto, nenhuma notícia ou nota iguala-se a esta publicada no jornal *A Sensitiva*, de Bananal, São Paulo, em 1881 e todos os desdobramentos do caso, noticiado depois em diferentes jornais de diferentes províncias:

Chronica da Semanal

O facto que mais entristece a familia bananalense durante a semana finda, foi sem duvida o atentado contra o pudor de innocentinhas creanças, cuja educação estava confiada á professôra do sexo feminino desta cidade.

Custa-nos a acreditar tão hediondo attentado praticado em uma escola e pelo marido da propria professora.

Custa-nos a crer que um homem no seu proprio lar, perto de sua esposa, digna senhora, descesse o ultimo degrau da infamia para commeter tão atroz ferocidade Mas qual a mãe desalmada, o pae sem pudor que se inflamasse com [*ilegível*] exclusivo de perseguir a um terceiro?

Nenhum.

O facto, pois, é infelizmente, real, legítimo e verdadeiro.

A fera não deixa vestígios do seu crime e por isso há quem queira endosal-o.

A população honesta e sensata desta cidade cumprio o seu dever manifestando-se contra tão barbaro e cynico attentado, para o auctor do qual não ha na lingua portuguesa adjectivo sufficiente para denominal-o¹⁵.

¹² O Horizonte. Anno III, N. 36. Victoria, sexta feira, 5 de maio de 1883, p. 4.

¹³ Cidade do Rio. Anno I, N. 66. Rio de Janeiro, terça feira, 6 de setembro de 1887, p. 4.

¹⁴ Diário de Notícias. Anno III, N. 55, Pará, quinta feira, 9 de março de 1882, p. 2.

¹⁵ A Sensitiva. Jornal litterario e recreativo consagrado ao bello sexo. Anno I, N. 3. Bananal, 18 de junho de

A caracterização como atentado contra o pudor, hediondo atentado, último degrau da infâmia, atroz ferocidade, fera, crime, bárbaro e cínico atentado faz presumir que o citado marido da professora tenha assediado as alunas. Entretanto, como se mostrará adiante, houve outra versão para o caso, veiculado em um jornal do Rio de Janeiro, o *Jornal do Commercio*.

Contudo, a primeira versão teve repercussão fora de Bananal, sendo reproduzido por outros jornais como a *Gazeta da Tarde*¹⁶, do Rio de Janeiro, e *Monitor Campista*¹⁷, de Campos, RJ. Neles, lê-se com maiores detalhes os desdobramentos do caso. Caracterizando-o como *um facto de hediondez a mais repugnante*, narra que a *infame brutalidade, os crimes, os attentados contra o pudor das alumnas* era praticado por Manoel Pereira Baptista, marido da professora da primeira cadeira do sexo feminino de Bananal, SP. Quem havia feito a queixa era *o pae de uma das victimas em que aquelle monstro tinha cevado seus desejos libidinosos*. Inquerida pelo pai e pelo inspetor da instrução publica, *a innocente criança, com toda a pureza expoz o hediondo attentado*¹⁸. E mais: *No dia seguinte alguns chefes de familia que tinham suas filhas naquela escola, interrogando-as, suberão que ellas tambem havião sido victimas de tão repugnante malvado*¹⁹.

A indignação, segundo os jornais, tornou-se geral e o povo da localidade tentou agredi-lo, exigindo sua saída imediata da cidade. Depois do confronto – narrado em detalhes pelos jornais –, Baptista retirou-se, voltando à cidade dias depois. A população indignada exigia sua prisão preventiva pelo crime cometido.

Revelando a repercussão do acontecido, o *Jornal do Recife*²⁰ e a *Gazeta de Notícias*²¹, ambos do Rio de Janeiro, também reportaram o caso. Alguns outros aspectos foram somados à notícia desses periódicos que continham ambas o mesmo conteúdo:

[...] um indivíduo, marido da professora da 1ª cadeira publica d'aquella cidade [Bananal, SP], e cujos habitos não eram inteiramente pautados pela moral, naquelle dia [10 de junho], abusando da força e intimidando com uma palmatoria a uma das innocentes meninas que frequentavam a escola, obrigou-a a praticar actos reprovados, e depois da sua brutalidade mandou embora a criança. Esta, retirando-se para casa, banhada em lagrimas, referiu o succedido a seu pai, que immediatamente procurou o inspetor da instrução do districto e apresentou a sua queixa, relatando-lhe o caso²².

A notícia segue dando detalhes da ira do povo, da tentativa de capturar o indivíduo, sua fuga e os pedidos, ao juiz de direito da comarca, das providências cabíveis, da

1881, pp. 3-4.

¹⁶ *Gazeta da Tarde*. Anno II, N. 143. Rio de Janeiro, segunda feira, 20 de junho de 1881, p. 2.

¹⁷ *Monitor Campista*. Anno II, N. 141, Campos, sexta feira, 24 de junho de 1881, p. 2.

¹⁸ *Monitor Campista*. Anno II, N. 141, Campos, sexta feira, 24 de junho de 1881, p. 2.

¹⁹ *Monitor Campista*. Anno II, N. 141, Campos, sexta feira, 24 de junho de 1881, p. 2.

²⁰ *Jornal do Recife*. Anno XXIV, N. 146, Pernambuco, sexta feira, 1 de julho de 1881, p. 2.

²¹ *Gazeta de Notícias*. Anno VII, N. 160, Rio de Janeiro, quarta feira, 15 de junho de 1881, p. 1.

²² *Gazeta de Notícias*. Anno VII, N. 160, Rio de Janeiro, quarta feira, 15 de junho de 1881, p. 1.

restauração da moralidade.

Como se destacou, o *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro noticiou o ocorrido, mas deu outra versão ao caso. Segundo o referido jornal, tudo não passou de uma armação do chefe do Partido Conservador, coronel Magalhães, a Manoel Pereira Baptista, o marido da professora. A matéria do jornal caracterizou aqueles que ameaçaram contra a vida de Baptista como desordeiros, selvagens, estrangeiros vivendo de furtos e negócios ilícitos, capangas de Magalhães, tudo orquestrado juntamente com o juiz de direito, que vivia sob a proteção do coronel, *um juiz mentecapto e servil*. Seria, pois, um *infernal plano*, apoiado também pelo vigário local, que incitava as crianças a pegarem pedras para atirar em Baptista, enquanto os pais das meninas, supostas vítimas, *se deixavam ficar tranquilos, sem tomarem parte em tão infame quanto covarde atentando*²³.

Segundo o *Jornal do Commercio* o ocorrido foi pela seguinte razão:

É voz publica que deu lugar a tanta insensatez o boato que corria de pretender Baptista denunciar o coronel Magalhães por haver fornecido documentos falsos para inclusão de mendigos no alistamento eleitoral. O facto de só haver tomado parte nos distúrbios o bando conservador de que é director o celebre coronel; e de não estar envolvido directa ou indirectamente membro algum das famílias importantes do municipio, quer de um, quer de outro partido; a abstenção guardadas pelos pais das duas meninas que servirão de pretexto para tão miseravel attentado, tudo induz a crer que o coronel Magalhães, o vigário Martins e o desassisado juiz de direito são os promotores de taes desmandos²⁴.

Do que se tratou de fato o caso de Bananal? Assédio às meninas? Disputa política? Conluio de conservadores? Desmandos dos poderosos locais? Pretendia, o marido da professora, Baptista, de fato denunciar as irregularidades do chefe local dos conservadores? Além disso, pergunta-se: o objetivo final era acabar com a vida do marido da professora? E ela – que aqui interessa de fato –, qual situação da docente diante do ocorrido?

Outra matéria do *Jornal do Commercio* que reportou uma briga de rua de dois sujeitos contra Baptista dias depois, a qual ocasionou a morte de um deles por um amigo de Baptista que veio em seu socorro, deu conta de que as aulas da professora foram suspensas e o caso foi levado ao inspetor geral da instrução pública. Além dessa referência, em nenhuma outra das matérias encontradas foi mencionado se a professora sofreu alguma represália como demissão, substituição ou remoção em razão do ocorrido. Entretanto, presume-se que diante da gravidade do fato, a situação da professora era, no mínimo, delicada²⁵.

Esse é apenas um exemplo de problemas que enfrentavam as professoras casadas na vida cotidiana. Todavia, enfrentar problemas, denúncias, críticas e escândalos

²³ Jornal do Commercio. Anno [?], N. 174, Rio de Janeiro, sexta feira, 24 de junho de 1881. p. 4.

²⁴ Jornal do Commercio. Anno [?], N. 174, Rio de Janeiro, sexta feira, 24 de junho de 1881. p. 4.

²⁵ Adiante, na próxima seção (II) ver-se-á como as professoras sofriam represálias (e também eram privilegiadas) em razão de posições políticas dos esposos.

independia do estado civil da professora, como afirmado. O caso da professora Thereza de Jesus Costa, moça solteira, de Camaragibe, Pernambuco, acontecido e noticiado em 1887, merece considerações específicas, especialmente em função das polêmicas que a situação gerou.

2. Professôra solteira – não tem liberdade de parir, quando lhe apraz²⁶: o caso da professora Thereza de Jesus Costa

Sob o título *Mais um crime*, o jornal *Gutenberg*, de Maceió, do dia 4 de março de 1887, publicou a notícia de que a professora da 1ª classe do sexo feminino, Thereza de Jesus Costa, da cidade de Camaragibe, teria cometido um crime, que foi enquadrado no código criminal: “desamparou” a escola e foi à capital dar à luz uma criança. Era ela solteira. O “crime” foi considerado irregularidade de conduta. A matéria foi nos seguintes termos:

D. Thereza de Jesus Costa, professora da 1ª cadeira do sexo feminino da cidade de Camaragibe, desamparou sua cadeira, veio para esta capital, e na rua da Cambona, onde se acha, deu á luz uma creança, que está sendo creada em casa de uma irmã do soldado de policia – Manoel Paraguay, que dizem ser o pae!

Essa professora é solteira; cometeu o crime do art. 166 do código criminal; e é reincidente, porque, sua irregularidade de proceder já lhe valeram duas remoções.

A policia esta inteirada de tudo e supomos que até já procedeu acerca verificando a verdade de tudo quanto avançamos.

Aguardamos o proceder do dr. Director da instrucção publica, e do exmo. Sr. Presidente da provincia²⁷.

Segundo o código criminal vigente no período, o artigo 166, mencionado na matéria, se referia à irregularidade de conduta, como se pode ler:

SECÇÃO VII - Irregularidade de conducta:

Art. 166. O empregado publico, que fôr convencido de incontinencia publica, e escandalosa; ou de adidos de jogos prohibidos; ou de embriaguez repetida; ou de haver-se com ineptidão notoria; ou desidia habitual no desempenho de suas funções. Penas - de perda do emprego com inhabilidade para obter outro, emquanto não fizer constar a sua completa emenda²⁸.

Sua conduta foi, portanto, considerada indecente e escandalosa. Em outra matéria, cinco dias depois, em 9 de março de 1887, no mesmo jornal em longo tópico, o redator afirmou que a professora o acusava de calúnia e acusação injusta. Em parte da matéria

²⁶ Gutenberg. Anno VI, n. 50, Maceió, quarta feira, 9 de março de 1887, p. 2.

²⁷ Gutenberg. Anno VI, N. 46, Maceió, sexta feira, 4 de março de 1887, p. 2.

²⁸ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim-16-12-1830.htm Acesso: 11 Jan. 2023.

ele rebateu:

Nosso local não é de acusação – é uma denúncia formal contra a funcionaria publica, que esquecida do decôro a que é obrigada pelo nobilissimo magistério que lhe foi confiado, não vacilou em tornar-se impossível para o cargo desde que desmandou-se do modo horrível por que o fez, com escandalo da sociedade onde estava.

Não pense s.s. que a vida privada do funcionario publico é inviolavel, como a de outro qualquer cidadão [...]. O professor não mereceria instruir a mocidade si a pervertesse pelo escandalo de seus costumes.

O que aqui denunciemos é verdade e já foi verificado pela policia. [...]

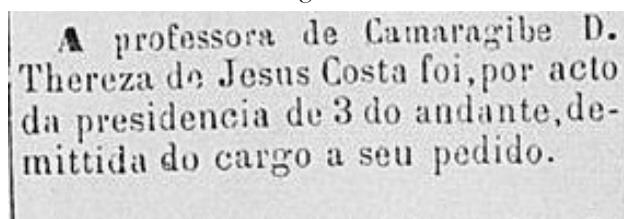
A sra. D, Thereza de Jesus Costa não póde continuar a fazer parte do professôrado honesto da provincia.

[...] Professora solteira – não tem liberdade de parir, quando lhe apraz²⁹.

A notícia é explícita quando a impossibilidade de a vida particular da professora - funcionária pública - ficar circunscrita ao espaço privado, respaldado no código criminal do período. Além disso, há uma representação implícita da professora virtuosa e pura e um código moral que perpassa toda a matéria. Quando o assunto é vidas de professoras, o apelo à moral e ao decoro é recorrente, como no exemplo aqui trazido.

Disso tudo, além da exposição pública da vida privada da professora, resultou que ela foi demitida do cargo, supostamente a seu pedido. Uma pequena nota no jornal *Gutemberg*, no dia 10 de abril de 1887 - um mês depois das notícias de que havia parido e que a criança estava sendo criada por uma suposta tia -, revela esse fato:

Figura 1



A professora de Camaragibe D. Thereza de Jesus Costa foi, por acto da presidencia de 3 do andante, demittida do cargo a seu pedido.

Fonte: Gutemberg, 1887, p. 2.

Talvez ela não tenha solicitado espontaneamente sua demissão, mas tenha sido forçada a fazê-la, uma vez que *Professôra solteira – não tem liberdade de parir, quando lhe apraz*.

E assim viviam as professoras: entre polêmicas, críticas, denúncias e retaliações. Em se tratando disso, as represálias políticas – além das de cunho moral – foram uma constante no século XIX. Associada a elas estavam também os privilégios políticos. É o que se apresenta a seguir.

²⁹ Gutemberg. Anno VI, n. 50, Maceió, quarta feira, 9 de março de 1887, p. 2.

II. Privilégios e represálias políticas

1. Nomeava-se, escandalosamente, violando a lei que estabelece concurso, a professora de Agulhas, irmã de um deputado provincial, diretora da Escola Normal³⁰: pequenas notas, grandes polêmicas

Em pequenas notas – e por vezes em tom irônico –, é possível entrever que professoras tinham, por um lado, privilégios em nomeações, remoções e/ou vencimentos, ou, de outro, sofriam represálias; ambas situações em razão de questões de ordem política.

Em relação aos primeiros, as denúncias de nomeadas que não haviam se submetido a exames ou concursos para o provimento do cargo de professoras eram as mais comuns, como no exemplo a seguir, de uma situação de Caicó, Rio Grande do Norte, de 1891:

Professora de Serra Negra – A exma. espoza do sr. João Soares de Macedo ultimamente nomeada professora publica da villa de Serra Negra, *além de não se ter submettido a concurso*, é extremamente myope a ponto de não poder desempenhar as funcções de seo cargo.

Á bem da instrucção da infancia de Serra Negra chamamos a attenção do dr. director da intrucção publica (grifos no original)³¹.

No que tange ainda aos favorecimentos, o jornal *União Liberal*, do 4º Distrito de Amparo, Sergipe, em 1886, publicou uma matéria sobre troca de favores eleitorais: teria o delegado literário deixado de reportar o reduzido número de dias de aulas e de alunas da professora da aula feminina:

[...] Tendo o delegado litterario atestado umas petições para percebimento dos ordenados da professora substituta d'este povoado, o fez contra as prescripções do regulamento.

[...] Tendo se recusado a atestar afirmativamente á princípio, em vista d'estes factos [poucos dias de aula e número reduzido de alunas] vio-se forçado a servir a um amigo em recompensa dos serviços prestados, na campanha eleitoral ultima³².

Os poderes locais também agiam para favorecer ou para retaliar professoras. Em relação às represálias, eram recorrentes os casos de demissões, remoções ou perda dos vencimentos, quase sempre em razão da posição política de familiares como pais, irmãos ou

³⁰ O Mequetrefe. Anno 3, N. 95 Rio de Janeiro, [1877].

³¹ O Povo. Anno III, N. 29, Caicó, 20 de setembro de 1891, p. 4.

³² União Liberal. Gazeta Liberal do 4º Districto. Anno II, N. 25, Sergipe, Propria, 7 de novembro de 1886, p. 4.

maridos (considerando que apenas os homens votavam). Um exemplo é o registro da Sessão de 27 de junho de 1868 da Assembleia Provincial de Minas Gerais. Nesse dia, o Deputado Moreira Magalhães solicitou que fosse considerado o tempo em que a professora esteve afastada. E o pedido e a razão eram os seguintes:

[...] pesso que a assembleia mande contar a D. Antonia do Nascimento Souza, professora publica na cidade de Itajubá, o tempo que esteve privada de seu lugar, e, sr. Presidente, para fundamentar o additivo, não direi mais do que isto: que, infelizmente, esta senhora esteve privada do cargo de professora publica por causa da guerra e da perseguição atroz que soffreu o seu marido por parte dos conservadores³³.

Ao que tudo indica, o marido da professora Antonia do Nascimento Souza, de Itajubá, era do Partido Liberal ou simpatizante das ideias liberais, e, em razão disso, ela teria sofrido perseguição por parte dos conservadores ao ponto de ficar privada de exercer o magistério. Liberais e conservadores eram as duas forças políticas durante o período imperial, e tais posições e disputas se manifestavam, por vezes, na vida das professoras, como foi o caso mencionado, em 1868.

Os jornais revelam que as posições políticas dos maridos atingiam diretamente as professoras – uma vez que elas provavelmente pouco se manifestavam politicamente em público. Não foram poucas as notas e matérias nos jornais pesquisados em que aparecem penas impostas às professoras – de remoção ou de demissão – em razão disso. O jornal *O Faísca*, da Bahia, de 1886, por exemplo, publicou, em tom irônico, o que segue:

Se desta vez a instrução não for adiante é por culpa della mesma.

Se o director chega a remover uma professora cujo marido é adversario da situação dominante, só por entender que a professora precisa mudar de ares... calculem no mais o que não fará o mel[ilegível] e bondoso moço³⁴.

Outro caso que merece atenção foi o da professora da *villa* de Una, em São Paulo, em 1882, que foi caracterizado pelo jornal *Correio Paulistano* como *Um caso escandaloso*. A matéria do periódico solicitava providências para o seguinte:

[...] Alguem intimamente relacionado com um dos chefes liberaes mais proeminentes da provincia, para satisfazer um pequenino capricho partidario, promette vingar-se de um eleitor conservador da villa de Una, em vista do modo porque este procedera na ultima eleição do 4º districto, votando com seu partido e contra o ex-ministro da marinha, sr. Conselheiro Paula Souza.

Esse eleitor é casado com a professora publica de primeiras letras daquella villa.

³³ O Liberal de Minas. Anno I, N. 4. Sabbado, 11 de julho de 1868, p. 3.

³⁴ O Faísca. Anno I. N. 21, Bahia, 1886, p. 2.

Foi este, pois, o lado pelo qual pretenderam vingar-se da sua ousadia de guardar fidelidade aos seu partido.

Assim, foi apresentada uma denúncia ao inspector geral da instrução publica contra a professora de Una, na qual dava-se essa senhora como demente³⁵.

A matéria é longa e as acusações são muitas, em especial ao inspetor da instrução pública por ter aceitado a denúncia e levando-a adiante sem provas. O jornal refere que a professora foi vilmente caluniada e sequer foi ouvida em momento algum. Ela teria, inclusive, apresentado documentos comprobatórios da falsidade da denúncia, que chegaram até o presidente da província que pretendia aposentá-la forçosamente. Os atestados de frequência da professora haviam sido suspensos e ela estava sem receber os vencimentos havia meses.

O *Correio Paulistano* continuou reportando o caso em outras matérias nos dias seguintes, sempre tratando como perseguição política. Vê-se que, neste caso, como em outros, o voto do marido comprometeu a carreira – se não a vida – da professora.

Mas as professoras nem sempre aceitavam pacificamente tais retaliações. O caso da demissionária Anna Aurora do Amaral Lisboa, professora de Rio Pardo, no Rio Grande do Sul, em 1893, demonstra o poder de ação e reação das professoras. Talvez não fosse assim tão comum, por isso mesmo que a carta escrita pela referida professora é um documento singular para os estudos da história da profissão docente.

2. Se a falta da demissionaria é ter promovido n'esta cidade uma subscrição em favor dos feridos do exercito libertador, declara-vos a mesma que orgulha-se de ser punida pelo vosso governo³⁶: a demissionária Anna Aurora do Amaral Lisboa, professora de Rio Pardo, RS

Em 1893, a professora de Rio Pardo, Anna Aurora do Amaral Lisboa, escreveu uma carta ao presidente da província, Julio Prates de Castilhos, do Partido Republicano Rio-grandense (PRR). Nela, demitia-se do cargo de professora da 1ª Cadeira do sexo feminino da referida cidade alegando que a remoção a que foi sujeita era injusta e se tratava de uma pena disciplinar. A carta, mesmo longa, pela sua importância e singularidade, merece reprodução integral. Ela foi reproduzida no jornal *Correio Paraense* em 12 de agosto de 1893, revelando que a professora escreveu para o então presidente da província e que o acontecimento teve repercussões fora do Rio Grande do Sul, onde o fato ocorreu. A carta foi escrita nos seguintes termos:

Cidadão Presidente do Estado – Anna Aurora do Amaral Lisboa, professora da 1ª Cadeira do sexo feminino da cidade de Rio Pardo, vem declarar-vos que não aceita a sua remoção para Villa Rica, e que n'esta data apresenta-vos a sua demissão, considerando-se desde este momento, exonerada do cargo que exerceu.

³⁵ Correio Paulistano. Anno XXIX, N. 786, terça feira, 19 de dezembro de 1882, p. 2.

³⁶ Correio Paraense. Anno II, N. 379, Sabbado, 12 de agosto de 1893, p. 2.

Não conhecendo a falta por si cometida que justifique tal remoção, que considera disciplinar, visto como não a requereu, a demissionaria é levada a deduzir dos factos que attendestes a informações particulares de algum desafecto seu, e não ás das autoridades competentes, como é de lei, e como vos cumpria fazer.

Conscia de jámais ter faltado ao rigoroso, exacto e escrupuloso cumprimento de seus deveres, não receia a demissionaria os atestados que sua conducta possam ministrar-vos os seus superiores, está portanto convencida de que não foi a conveniencia do ensino que motivou a remoção.

Se a falta da demissionaria é ter promovido n'esta cidade uma subscrição em favor dos feridos do exercito libertador, declaro-vos a mesma que orgulha-se de ser punida pelo vosso governo por uma *falta* que considera uma *ação meritória*.

Como educadora da mocidade cumpria-lhe inspirar a esta os sentimentos de amor á Patria e á Liberdade, e, nas circunstancias actuaes, considerada a referida subscrição, não só como um acto de verdadeira caridade, mas tambem como um significativo protesto contra a tyrannia, que obrigou a lançarem-se em uma luta armada aquelles que representam hoje a ultima esperança de salvação para o infeliz Rio Grande.

Se, pensando assim e procedendo de accôrdo com o seu modo de pensar, não vos apresentou a demissionaria a mais tempo a sua demissão, foi por julgar que, exercendo o cargo que exercia, prestava um serviço ao seu paiz e não a vós, ou ao partido que a vós sustenta; vós porém entendeis o contrário, e punis com uma remoção injusta aquella que teve á audacia de não contar com essa punição; em tal caso prefere a demissionaria exonerar-se do emprego, a servir de alvo ás intrigas d'aquelles que, certos de achar em vós quem os attenda solicito, fazem dos verdadeiros interesses do povo um brinco para seus caprichos e vinganças mesquinhas.

Quando o Rio Grande voltar ao regime da lei, voltará tambem a demissionaria a occupar o honroso posto de que é hoje arrancada com a violação da lei.

Deus vos guarde, cidadão dr. Julio Prates de Castilhos, presidente do Estado do Rio Grande do Sul. ANNA AURORA DO AMARAL LISBOA.

Rio Pardo, 1 de julho de 1893. (grifos no original)³⁷.

Vale destacar que Anna Aurora “foi considerada a primeira feminista do estado” gaúcho (DIAS, 2012, p. 13). Mais especificamente, como afirmou Dias (2012, p. 14), que estudou densamente a trajetória de Anna Aurora, “os inúmeros escritos na imprensa e a postura politizada de Ana Aurora transformaram-na, possivelmente, na primeira referência do feminismo no Rio Grande do Sul”. Aqui interessa, contudo, o contexto da carta escrita ao Presidente do estado em 1893. Naquele ano, teve início no Rio Grande do Sul a Revolução Federalista, que durou até 1895. Nela, os federalistas, liderados por Gaspar Silveira Martins, defendiam a descentralização do poder e o parlamentarismo, e se opunham ao centralismo político imposto pelo Presidente do Estado, Júlio Prates de Castilhos, aliado a Floriano Peixoto, Presidente da República.

Nesse contexto, ainda segundo Dias (2012, p. 122), “a professora rio-pardense

³⁷ Correio Paraense. N. 379, Anno II, Sabbado, 12 de agosto de 1893, p. 2.

esteve envolvida nos rumos da Revolução Federalista, como fica evidente num manifesto encabeçado por ela, datado de 19 de maio de 1893, que solicitava auxílio financeiro aos feridos e prisioneiros do Exército Libertador, na pessoa do general Joca Tavares” [...]. Assim, sendo “um fato decorrente das tensões políticas que assolaram o Rio Grande do Sul opondo federalistas e castilhistas marcou a vida de Ana Aurora” (DIAS, 2012, p. 122). A carta reproduzida – um documento histórico importante para os estudos da profissão docente, como destacado – é um exemplo dessa marca em sua trajetória.

A seguir, na última parte, procura-se adentrar o espaço da escola, abordando um caso de suposto roubo na saída da escola que repercutiu na imprensa e casos de castigos físicos que expunham uma faceta do dia a dia das escolas e das professoras no século XIX, no caso aqui abordado em específico nas aulas femininas, onde as mulheres atuavam nesse período.

III. Polêmicas no/do cotidiano escolar

1. *Esta professora não costuma entregar as meninas aos portadores, e nem tem creados, que nisto se ocupem*³⁸: entrega da discípula a um pardo desconhecido e o roubo de “algumas voltas de cordão d’ouro”

Tendo um pardo desconhecido, no dia 3 do corrente mez, ido á tarde ao 2º andar da casa que faz quina para o beco do Ouvidor, buscar a filha do abaixo assignado da Escolla, e lhe sendo a mesma irrefletidamente entregue, esse pardo lhe roubou do pesçoço algumas voltas de cordão d’ouro grossas, com uma medalha do mesmo metal: por isso o anunciante roga á pessoa a quem, por ventura, taes pessas forem oferecidas, as queira apreender, e leval-as ao sobrado da rua do Collegio D. 5 de 3 andares, que será recompensado; e aproveito a ocasião para despertar a attenção de todos os Paes de família a fim de que se previnão contra ladrões de tão perigosa classe³⁹.

Essa denúncia e solicitação foi assinada pelo cidadão José da Silva Guimarães Junior e foi pulicada no *Diário do Pernambuco* em 7 de novembro de 1837. A nota revela alguns aspectos da educação de uma parcela das meninas no início do século XIX. Um deles é que elas não iam e voltavam sozinhas da escola. Ou eram acompanhadas de outra menina – escravizada⁴⁰ – ou algum escravizado ou escravizada levava e buscava essas meninas.

No caso em questão, a professora desavisadamente teria entregado a filha de José da Silva Guimarães Junior a um “pardo desconhecido”, e um roubo teria ocorrido. A professora, no dia seguinte, em 8 de novembro de 1837, mandou publicar uma longa

³⁸ Diário de Pernambuco, N. 241, Recife, quarta feira, 8 de novembro de 1837, p. 4.

³⁹ Diário de Pernambuco. N. 240. Recife, terça feira, 7 de novembro de 1837, p. 3.

⁴⁰ Ver, para isso, Peres (2022).

explicação para o caso e se eximiu de qualquer culpa pelo acontecido. Parte da carta é nos seguintes termos:

A professora, moradora no sobrado da esquina do beco do Ouvidor, vendo o annuncio que fez o Sr. José da Silva Guimarães Junior, não pôde escusar-se de lhe responder na parte em que elle diz que tendo ido um pardo desconhecido buscar no dia 03 do corrente sua filha da escolla, e lhe sendo a mesma irreflectidamente entregue, este lhe roubara do pescoço algumas voltas de cordão etc –

O Sr. Guimarães foi bastante precipitado quando isto afirmou; porque esta Professora, que ensina há 7 annos, não costuma entregar as meninas aos portadores, e nem tem creados, que nisto se occupem. A pratica seguida é mandal-as sair quando os portadores as chamão.

Que ella foi chamada, não há duvida, resta conhecer-se por quem, se pelo ladrão, se pelo portador. Em qualquer das hipóteses está a Professora livre de culpa; porquanto, só o abuso do portador (o q' praticão outros muitos) de chamar a menina, e descer sem ella, esperando em baixo, daria lugar a ella descer sem ve-lo, supondo acha-lo, o que sem duvida ocasionou o roubo. Por tanto nada adiantou o Sr. Guimarães com sua exhortação aos paes das meninas, os quaes conhecendo a sem razão da sua sensura, nenhum apreço lhe darão, mais do que recomendar aos portadores que esperem pelas meninas, e que estas jamais desçam sem ve-los e reconhece-los⁴¹.

Como se lê, além de acusar o pai da aluna de ter sido precipitado na denúncia, a professora dá como “credencial”, para eximir-se da culpa do suposto ocorrido, os seus sete anos de docência, revelando que o tempo de magistério era um aspecto que contava na/para vida e carreira das docentes. Dá a conhecer que não *costuma entregar as meninas aos portadores, e nem tem creados, que nisto se occupem* e que a prática comum era mandá-las sair quando chamadas. Além disso, recomendava que as meninas apenas descessem (a professora refere-se ao sobrado que morava, portanto, a escola funcionava em um prédio com essas características) quando reconhecessem quem as estava buscando na escola.

O caso é exemplar para refletir sobre alguns dos problemas que as professoras enfrentavam no cotidiano, tais quais as relações internas e externas à escola, o funcionamento do tempo e do espaço escolar e, principalmente, o fato de que as docentes tinham que dar conta de muitas tarefas além de ensinar.

Esta professora não costuma entregar as meninas aos portadores, e nem tem creados, que nisto se occupem é uma afirmativa que denota que talvez outras professoras tivessem “criados” para os serviços da escola.

Um pedido do ano de 1836, da professora Anna Joaquina de Oliveira e Silva, da Freguezia de Sacramento, no município da Corte, Rio de Janeiro, indica que havia pedidos – portanto, necessidade – de pessoas que auxiliassem nos serviços escolares⁴². No *Correio Oficial*,

⁴¹ Diário do Pernambuco. N. 241, Recife, quarta feira, 8 de novembro de 1837, p. 4.

⁴² Em outro trabalho (PERES, 2022), referimos que algumas professoras tinham escravizadas. Adiante também

na seção Parte Oficial do Ministério do Império, no Expediente lê-se o pedido:

[...] ao Doutor Juiz de Direito Chefe de Policia remetendo-lhe a representação de D. Anna Joaquina de Oliveira e Silva, que pede lhe sejam distribuídas três Africanas livres para serem empregadas no serviço domestico do Estabelecimento Publico de Primeiras Letras para meninas da Freguezia do Sacramento, de que he Professora; a fim de que ella seja atendida como for de justiça.⁴³

Ao que tudo indica, o cotidiano das professoras – que moravam e ensinavam no mesmo espaço físico – supunha o ensino, o cuidado, a manutenção do local, entre outras tarefas como os dados indicam, evidenciando uma realidade comum da/na profissão docente no século XIX.

Outros dados recorrentes são as polêmicas dos castigos físicos. As professoras os aplicavam nas meninas, mas não sem contestações e debates, os quais estão representados nos jornais pesquisados. Aborda-se esse aspecto a seguir.

2. Em um collegio de meninas não se praticam taes abusos⁴⁴: as denúncias e as polêmicas dos castigos físicos

O caso da reclamação de um pai, em 1853, sobre a água que havia sido dada a sua filha na aula como forma de castigo, gerou um conflito que levou a família a retirar a aluna da escola na localidade de Maroim, em Sergipe.

O pai, José Rodrigues Viera de Almeida, escreveu um pedido ao redator do jornal *União Liberal* para que as cartas trocadas entre ele e a professora, Sr^a Maria da Maternidade Magalhães, fossem publicadas na integra (a da professora, enviada ao pai pela sua escrava, em resposta a um bilhete que havia sido remetido por ele reclamando da água bebida pela filha; a segunda, a resposta do pai à carta da professora).

No pedido ao redator do jornal, o pai afirma que fora insultado pela professora na carta e que a publicização da correspondência tinha apenas o objetivo de *alliviar as meninas da escola da Sr^a professora do castigo, de que foi victima minha filha, de beberem uma agoa imunda, e salgada, por que estou certo de que a Sr^a professora não quererá que algum outro pai zeloso lhe faça igual reclamação⁴⁵.*

Primeiro, o pai enviou, então, um bilhete à professora – não publicado pelo jornal. Desse bilhete resultou a carta da professora publicada pelo jornal a pedido do pai. A professora afirma que o sr. José Rodrigues teria, na missiva remetida, se dirigido a ela de maneira *incivil*. Ela diz que no bilhete ele havia se queixado que a filha fora maltratada na aula

há um dado – uma polêmica em torno de um castigo físico - que vai indicar essa realidade: professoras eram proprietárias de escravizadas.

⁴³ Correio Oficial, Anno VI, N. 71, quarta feira, 30 de março de 1836.

⁴⁴ A Matraca. Anno I, N. 22, Rio de Janeiro, domingo 20 de maio de 1877, p. 3.

⁴⁵ União Liberal, Anno 2º, N. 56, [SE], quarta feira, 2 de março de 1853, p. 3-4.

sendo obrigada a *beber uma agua propria para banho*⁴⁶. Pela carta se conhece o teor do bilhete. Na sequência, a professora escreveu:

Devo advertil-o que muito precipitadamente obrou v.s., quando por méros ditos d'uma criança, entendo estar authorisado pra tomal-os á expressão de verdade, quando a agua que sua filha bebo, foi a mesma que tem bebido as mais alumnas, em nada inferiores a sua filha; e se esta agua não era assas gostosa; porque esta villa não oferece boas aguas, não é isto culpa minha, e nem me julgo obrigada a mandar chamar os pais de minhas alumnas para provarem a agua, que ellas tem de beber, para ajuisarem se ella é boa ou má.

De mais nenhuma obrigação tem os professores de dar agua a seos alunos para beber; e se o fasem é por favor, ou caridade.

[...]

Muito veneradora,

Maria da Maternidade Magalhães

Maroim, 19 de fevereiro de 1853.

A professora desacredita a palavra da aluna daquilo que o pai considerou castigo e maus tratos. Ele então respondeu no dia seguinte, em 20 de fevereiro de 1853. A resposta foi igualmente publicada na integra, e, nela, José Rodrigues Viera de Almeida rebateu todas as palavras da professora, avisando que retiraria a filha da escola para que ela não fosse vítima de sua raiva. Ademais, escreveu em uma parte da carta:

O bilhete que lhe mandei por minha filha, scientificando-a do meu justo ressentimento, pelo mau tratamento, que a ela V.S. deo na sua aula, dando-lhe de beber agoa por sua natureza má, e, por de mais banhada pela maré, por entender que V.S., que assim praticando seria isso mais louvável, do que avisar-me para mandar para sua aula o supprimento de agoa boa, e pura, este bilhete, digo, nem devia merecer a resposta que sua tão elevada educação, e posição social se dignou de enviar-me pela sua escrava, que aqui veio mais interrogar-me, do que responder; e menos a insultuosa resposta que contem a carta que ora estou analisando; e se nesse bilhete que V.S. qualificou de precipitado, não uzei de expressões aviltantes, e soube guardar o decoro ao seu sexo, por mim sempre assas respeitado, nenhuma rasão teve V.S. para tão ousadamente reprehender-me, porque para tanto não a authorisei.

[...]

Sou de V.S. respeitador e criado,

José Roiz.' Vir^a de Almeida

Maroim, 20 de fevereiro de 1853.

⁴⁶ União Liberal, Anno 2º, N. 56, [SE], quarta feira, 2 de março de 1853, p. 3-4.

Se dar água de *natureza má* foi castigo às alunas – em especial à filha de José Rodrigues Vieira de Almeida – ou se foi falta de opção da professora é difícil precisar. Interessa, todavia, observar que o pai considerou como maus tratos à filha, e o caso tornou-se público e polêmico – ele afirmou na carta que o ocorrido e o desentendimento de ambos eram de conhecimento de todos os moradores da localidade, relevando situações inusitadas em que as professoras poderiam se envolver no cotidiano da docência.

Sobre os castigos, em 1869, a professora pública da freguesia de Santo Antonio, no Rio de Janeiro, aplicou uma punição a uma aluna que foi caracterizada como bárbara: colocou rolhas em sua boca. Foi o pai quem também denunciou os maus tratos à menina, e muitas pessoas teriam saído em defesa da professora, *exceptuando-se o Sr. Dr. Pinheiro que teve a habilidade de provar que o castigo de rolhas na boca era castigo moral*⁴⁷.

Aqueles que saíram em defesa da professora afirmavam que ela era boa, caridosa, virtuosa e instruída. Contudo, o *Echo Popular*, que publicou a matéria referente ao caso, insistia na sua punição da professora, chamando-a de delinquente, afirmando, entretanto, não contestar suas qualidades:

Não contestamos nenhuma das qualidades dessa senhora, que podem entretanto atenuar-lhe a pena; é preciso, porém, livrar o professorado dos membros que o deshonrem, e é por isso que insistimos na punição da delinquente. Como dissemos anteriormente, uma mulher que pratica actos como o denunciado, não pôde ser mais, um dia, professora⁴⁸.

Outro jornal, *Sentinella da Liberdade*, também reportou o caso. Entre outros aspectos foi salientado que:

O Sr. M. G de Carvalho acaba de reclamar em uma das folhas diárias contra o procedimento da professora publica da freguezia de Santo Antonio, que submeteu uma de suas filhas, alumna daquela escola, a um castigo da mais grosseira barbaridade, consistindo em obrigar a menina a conservar a bocca aberta por meio de duas rolhas por espaço de duas horas⁴⁹.

Na matéria, o castigo foi considerado severo demais, perverso e abusivo. O redator também clamava por punição à professora.

Veja-se que os castigos físicos, na segunda metade do século XIX, já eram condenados, especialmente em aulas e escolas femininas⁵⁰. Como registrou o redator no

⁴⁷ Echo Popular. Anno 1. N. [?]. Rio de Janeiro, terça feira, 12 de outubro de 1869, p. 4.

⁴⁸ Echo Popular. Anno 1. N. [?]. Rio de Janeiro, terça feira, 12 de outubro de 1869, p. 4.

⁴⁹ Sentinella da Liberdade. Anno I, N. 22, Rio de Janeiro, 19 de setembro de 1869, p. 4.

⁵⁰ Segundo Aragão e Freitas (2021, p. 18), “em 1827, foi redigida uma Lei Imperial que – entre outras prescrições – tornava proibido o castigo corporal, sendo substituído pelos de cunho moral, baseado no método lancasteriano”. As autoras citadas mostram como em várias províncias, apesar de proibidos, os castigos físicos

jornal *A Matraca*, do Rio de Janeiro, em 1877: *Em um collegio de meninas não se praticam taes abusos*⁵¹. Nessa matéria, aliás, há igualmente a denúncia de um castigo caracterizado como bárbaro dado a uma menina. Eram solicitadas providências ao inspetor geral para contornar a situação que se repetia na aula do sexo feminino de São Lourenço, em Niterói (RJ). O castigo foi descrito nos seguintes termos:

[...] A professora não satisfeita de ter dado na infeliz menina grande quantidade de bollos, lançou mão de uma régua e com ella deu com toda força sobre os braços da criança que resultou inflamar os lugares esbordoados.

Não é a primeira vez que isto acontece neste collegio, e póde se indagar a veracidade destas palavras dos diversos pais que já retiraram d'ali suas filhas por este motivo⁵².

No caso, aqui, a professora teria lançado mão de dois instrumentos para castigar a aluna: a palmatória (os bollos) e a régua. Mãos e braços foram os locais do corpo em que a professora teria batido, a ponto de inflamar.

O uso da régua e, em especial, da palmatória era comum à época nas escolas oitocentistas⁵³, mas já motivo de denúncias, como se viu, e de protestos indignados de pais e de anônimos que escreviam aos e em jornais.

Em 1884, a *Gazeta Suburbana* registrou a indignação de um pai em razão do castigo sofrida pela sua filha de apenas seis anos. Nesse caso, *o crime da menina* foi publicado, bem como o castigo infligido à criança na escola pública em Todos os Santos, no Município da Corte, RJ:

Escola Publica de meninas em Todos os Santos

Procurou-nos há dias um amigo nosso e falou-nos com bastante sentimento no castigo infligido pela professora d'esta escola a uma filha d'elle, creança de 6 annos.

O crime da pobre menina foi arrancar da parede um bocado de papel de cerca de um centímetro quadrado, e pelo que foi castigada com quatro bolos.

Somos contra os castigos corporaes, mas mesmo quando eles tivessem razão de ser, deverião estar em relação com o delicto.

Teria aproveitado mais áquella creança uma repreensão branda, ou um conselho amigavel, do que o castigo que se lhe applicou⁵⁴.

eram uma prática comum.

⁵¹ *A Matraca*. Anno I, N. 22, Rio de Janeiro, domingo 20 de maio de 1877, p. 3.

⁵² *A Matraca*. Anno I, N. 22, Rio de Janeiro, domingo 20 de maio de 1877, p. 3.

⁵³ Ver, entre outros, Aragão; Freitas, 2012.

⁵⁴ *Gazeta Suburbana*. Anno II, N. 13, Corte, Todos os Santos, 18 de maio de 1884, p. 1.

Como se pode perceber, castigos físicos eram denunciados e condenados⁵⁵, tendo como sugestão, como no caso acima, que houvesse apenas repreensão branda ou conselho amigável. Mas, à medida que se avança no tempo, percebe-se que castigos físicos em diferentes formas continuam acontecendo nas escolas.

Em Minas Gerais, em 1894, por exemplo, na escola da Vargem do Rio do Peixe, na cidade do Serro, uma professora *agarrrou pelas orelhas* uma aluna e foi motivo de indignação, conforme se lê:

[...] De fonte ainda mais limpa e mais pura, se é possível, sabemos também que a professora da Vargem do Rio do Peixe, districto desta cidade [Serro], em um momento de raiva ou ódio agarrrou pelas orelhas uma de suas alumnas e o fez com tanta brutalidade que rasgou a orelha da menina.

Alem de um crime, um tal procedimento é uma infamia: a professora por este facto, embora uma snr^a, perdeu todo direito ao nosso acatamento e por essa razão não trepidamos em qualificar de infame o seu proceder⁵⁶.

Não havia castigos brandos, menos ou mais violentos, e os jornais noticiavam e condenavam tais práticas, embora eles continuassem acontecendo nas escolas de diferentes formas, fosse *rasgando a orelha, dando reguadas e bolos com a palmatória, fosse colocando rolhas na boca* ou outro tipo de punições físicas. Como afirmaram Aragão e Freitas (2012, p. 18), “tais práticas acabaram por denunciar uma sociedade impregnada de práticas violentas, sendo comuns não apenas no universo escolar, mas em todo o processo que envolvia relações humanas”.

Considerações finais

Se as professoras, no século XIX, eram caracterizadas como boas, caridosas, virtuosas, respeitáveis, instruídas, devotas, mães da Pátria, baluarte da Nação etc., eram também criticadas e ofendidas, em nome da moralidade e da retidão de conduta. A vida privada das professoras, em especial o estado civil, era razão de debate e exposição pública via os jornais. Os aspectos abordados na primeira parte deste artigo procuraram justamente mostrar essa faceta da vida das docentes, trazendo casos concretos, entre eles o da professora Thereza de Jesus Costa, que, tendo sido mãe sendo solteira, teve sua conduta para o magistério examinada, questionada e publicamente exposta, a ponto de pedir demissão (provavelmente sendo forçada a fazê-lo).

Na segunda seção, mostrou-se como o século XIX foi um tempo e espaço de perseguições e privilégios políticos às professoras, fundamentalmente em razão das posições políticas de seus maridos (eram eles quem votavam, lembremo-nos!). O acirramento das disputas entre liberais e conservadores se expressava na vida e na carreira das mulheres-

⁵⁵ Ver Dalcin (2006).

⁵⁶ O Serro. Semanario Democrata. Anno IV. N. 154, Cidade do Serro, 13 de maio de 1894.

professoras.

Na terceira seção, procurou-se uma aproximação com o cotidiano escolar para refletir sobre a ação das professoras no contexto do século XIX. O caso do suposto roubo na saída da escola foi exemplar para mostrar que tipo de problemas as professoras poderiam enfrentar no seu dia a dia. Não cabia às professoras apenas ensinar no espaço da aula, muitas outras tarefas – considerando que eram aulas de uma professora só e que funcionavam nas casas das mulheres, via de regra – lhes cabiam na profissão docente. Sem analisar cuidadosamente casos como esses, a história da profissão docente no século XIX será apenas parcialmente examinada.

Por fim, vale destacar que este artigo pretende ser uma amostra do tipo de dados possíveis de serem encontrados na medida que se lança aos periódicos em geral (não especializados em educação) um olhar atento e curioso. Muito embora aspectos de natureza diferentes tenham sido aqui abordados – moralidade exigidas das mulheres-professoras, represálias e privilégios políticos, aspectos do cotidiano das aulas – com casos exemplares, o objetivo foi justamente pensar – sob outro ponto de vista – possibilidades para o campo de estudos da história da profissão docente. Muito há, ainda, para pesquisar, estudar e analisar sobre essa temática que, temos consciência, como todo objeto histórico, somente poderá ser acessado de maneira lacunar pelos historiadores/as.

Referências

- APPLE, Michael. Relações de classe e de gênero e modificações no processo do trabalho docente. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, Nº 60, fev., p. 3-13, 1987.
- ARAGÃO, Milena; FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno. Práticas de castigos escolares: enlaces históricos entre normas e cotidiano. **Conjectura**, v. 17, n. 2, p. 17-36, maio/ago. 2012.
- CATANI, Denice B. Estudos de História da Profissão Docente. In: LOPES, Eliane Marta; FARIA FILHO, Luciano M.; VEIGA, Cynthia G. (org.). **500 anos de educação no Brasil**. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- DALCIN, Talita Banck. “Palmatoando” as fontes: os usos dos castigos físicos em nome da disciplinarização e da ordem nas escolas paranaenses da segunda metade do século XIX. In: OLIVEIRA, Marcus Aurélio Taborda de (Org.). **Educação do corpo na escola brasileira**. Campinas: Autores Associados, 2006.
- DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri; ANTUNES, Fátima Ferreira. Magistério primário: profissão feminina, carreira masculina. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 86, p. 5-14, ago. 1993. Disponível em <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15741993000300001&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 30 jan. 2023.
- DIAS, Carlos Gilberto Pereira. **Costurando vidas** - Os itinerários de duas professoras: Ana Aurora do Amaral Lisboa (1860- 1951) e Júlia Malvina Hailliot Tavares (1866-1939) 228 f. Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, BR-RS, 2012.
- GALVÃO, Ana Maria de O.; MELO, Juliana Ferreira de. Análise de impressos e seus leitores: uma proposta teórica e metodológica para pesquisas em história da educação. In: VEIGA, Cynthia Greive; TABORDA DE OLIVEIRA, Marcus Aurélio. **Historiografia da Educação**. Abordagens teóricas e metodológicas. Belo Horizonte: Fino Traço, 2019.
- LOPES, Eliane Marta T. A Educação da Mulher: a feminização do magistério. **Teoria & Educação**, 4:22- 40, 1991.
- LOURO, Guacira Lopes. **Prendas e antiprendas**: uma escola de mulheres. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1987.
- LOURO, Guacira Lopes. **Magistério de 1º grau**: trabalho de mulher. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, v.14, n.2, p.31-9, 1989.
- NÓVOA, António. **Le temps des professeurs**. Analyse socio-historique de la profession enseignante au Portugal (XVIII-XX siècle). Vol. I e II. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1987.
- NÓVOA, António. Para o estudo sócio-histórico da gênese e desenvolvimento da profissão docente. **Teoria e Educação**. Nº 4. Porto Alegre: Pannonica, p. 109-139, 1991.

NÓVOA, António. O passado e o presente dos professores. In: NÓVOA, António. **Profissão Professor**. Porto. Porto Editora, p.13-34, 1995.

MARIANO, André Luiz Sena. O materialismo cultural de Raymond Williams: aproximações às pesquisas sobre história do currículo e da profissão docente. **Revista Elet. Educação**, São Carlos, v. 10, n. 2, p. 332-344, maio 2016. Disponível em <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1982-71992016000200332&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 30 jan. 2023.

MENDONÇA, Ana Waleska; CARDOSO, Tereza Fachada. A gênese de uma profissão fragmentada. **Revista Brasileira de História da Educação**, Maringá: SBHE, n. 15, p. 31-52, 2007.

PERES, Eliane. Ler, escrever e contar entre mulheres escravizadas. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 22, n. 1, p. e208, 1 jul. 2022.

VICENTINI, Paula Perin; LUGLI, Rosário Silvana Genta. **História da profissão docente no Brasil**: representações em disputa. São Paulo: Cortez, 2009.

VIDAL, Diana. Sexualidade e Docência Feminina no Ensino Primário do Rio de Janeiro (1930-1940). In: BRUSCHINI, Cristina; HOLLANDA, Heloisa Buarque de (orgs.). **Horizontes Plurais**: novos estudos de gênero no Brasil. São Paulo: Fundação Carlos Chagas / Ed. 34, 1998.

VIDAL, Diana; CARVALHO, Marília Pinto. Mulheres e Magistério Primário: tensões, ambiguidades e deslocamentos. In: VIDAL, Diana; HILSDORF, Maria Lúcia S. **Tópicos em História da Educação**. Brasil 500 anos. São Paulo: EDUSP, 2001.

XAVIER, Libânia Nacif. A construção social e histórica da profissão docente uma síntese necessária. **Revista Brasileira de Educação**. v. 19 n. 59 out.-dez. p. 827-849, 2014.